



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
FACULDADE DE DIREITO**

LUIZ FERNANDES MACHADO MENDES

**POLÍTICA DE ILUSÕES: ESTUDO SOBRE PRÁTICAS
POPULISTAS, CLIENTELISTAS E A CORRUPÇÃO NA
FORMAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE RORAIMA**

2019

POLÍTICA DE ILUSÕES: ESTUDO SOBRE PRÁTICAS POPULISTAS, CLIENTELISTAS E A CORRUPÇÃO NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE RORAIMA

LUIZ FERNANDES MACHADO MENDES

Mestrado Profissional em Segurança Pública Direitos Humanos e Cidadania -
Universidade Estadual de Roraima

Especialista em Relações Internacionais - FARES - Faculdade Roraimense de Ensino
Superior

Especialista em Psicopedagogia - FACETEN - Faculdade de Ciências, Educação e
Teologia do Norte do Brasil

Bacharel em Direito – UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta - RS

Bacharel em Pedagogia - FACETEN - Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do
Norte do Brasil

Professor e Coordenador do Curso de Direito das Faculdades Cathedral em Boa Vista –
RR

Assessor Jurídico no NUJADE- TJ RR

E-mail: direito@cathedral.edu.br

Linha de pesquisa: Humanidades, políticas públicas e desigualdades

Anteprojeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense, como pré-requisito para ingresso no curso de doutorado.

RESUMO

A corrupção é um fenômeno universal dentro da sociedade brasileira. A compreensão de seus mecanismos e personagens se mostra muito importante no contexto social, uma vez que é possível perceber essa manifestação como responsável por certo grau dos problemas vividos pela população, haja vista a medida de suas proporções, comprometendo desde a falta de pavimentação numa rua, até a morte de pacientes nos hospitais públicos pela escassez de medicamentos. Este estudo busca compreender tal fenômeno dentro do Estado de Roraima que desde de sua formação possui práticas que fomentam a implementação de atos de corrupção, como as práticas populistas e clientelistas, enraizadas no panorama político no Estado de Roraima, no qual agentes públicos formam verdadeiras dinastias e constroem impérios com o uso do dinheiro público. Este trabalho analisará essas práticas e personagens a ela ligados no período de 1988 ao primeiro semestre de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas populistas, Clientelismo e Corrupção em Roraima.

1. TEMA, PROBLEMA DE PESQUISA, RELEVÂNCIA E VIABILIDADE

Este projeto de pesquisa tem como tema central o estudo sobre práticas populistas, clientelistas e a corrupção na formação política do Estado de Roraima, abordando o período histórico que vai desde sua criação em outubro de 1988 a julho de 2019. Farão parte desta pesquisa a política utilizada pelos governantes do Estado de Roraima nesse período, verificando as práticas políticas utilizadas por tais indivíduos para obtenção e manutenção do poder, e como essas práticas se relacionam com os casos de corrupção que se evidenciaram no período analisado, com especial atenção, as populistas e clientelistas praticadas pelos agentes públicos para com isso conseguirem benefícios pessoais com uso de recursos públicos.

1.1 RELEVÂNCIA

Para melhor compreensão didática deste item, optou-se pela divisão, abordando três critérios:

- a) Relevância Social: a presente pesquisa se mostra relevante socialmente, uma vez que busca demonstrar mecanismos utilizados por agentes públicos para obtenção de vantagem pessoal com uso de recursos públicos – corrupção –. Ao evidenciar esses mecanismos (práticas), a sociedade pode identificá-los e, conseqüentemente, levar ao conhecimento público para que haja uma maior fiscalização e possível punição aos que as praticam.
- b) Relevância Acadêmica: a análise de práticas de corrupção não é novidade dentro do meio acadêmico, contudo, a demonstração de mecanismos enraizados dentro da política brasileira e local, como populismo e clientelismo, como partes formadoras do processo de corrupção pouco se tem falado no contexto local. Esta pesquisa pode vir a preencher esta lacuna e disseminar dentro da academia a importância do conhecimento dessas práticas não só no meio acadêmico, mas também social.
- c) Relevância Pessoal: Tenho 54 anos, nasci no Rio Grande do Sul e desde de 2008 adotei este Estado como meu lar, recebendo-me de braços abertos, dando-me oportunidades. Sempre estive indiretamente participando de disputas políticas, paixão esta herdada de meu pai. No ano de 2018, participei ativamente de uma campanha política e percebi o quanto as práticas que estarei abordando nesta pesquisa estão enraizadas na sociedade local. Essa experiência me fez pensar em

minha neta de um ano que nasceu aqui e não pode ter uma saúde pública de qualidade, uma educação pública de qualidade, pois, assim como as práticas, a corrupção também está presente no mais íntimo da política roraimense.

1.2 VIABILIDADE

Assim como no item anterior – Relevância – optou-se por dividir a viabilidade em três eixos como forma de demonstrar que a elaboração deste projeto foi pensada em toda sua totalidade:

- a) Viabilidade Técnica/ recursos materiais: parte do princípio de possuir todos os meios técnicos e materiais necessários para efetivação da pesquisa. Nesse contexto, a pesquisa exigirá o uso de materiais de informática (notebook, impressora, scanner, papel entre outros), materiais para deslocamento (automóvel e possibilidade de viagens), materiais para gravação e fotografia. Todos esses equipamentos já foram providenciados e estão prontos para início da pesquisa.
- b) Viabilidade Temporal – o tempo necessário para a realização da pesquisa dentro do prazo proposto pelo cronograma. A inscrição no processo de seleção teve como um de seus critérios o tempo disponível para todas as etapas do programa.
- c) Viabilidade humana – acesso à metodologia proposta. Foram propostos na metodologia análise bibliográfica, documental (processos e inquéritos policiais acerca do tema) e entrevistas. Todas essas fases serão facilmente superadas, por exemplo, a análise documental exige pesquisa de processos – atuando na área jurídica e os processos que são de domínio público se tornam de fácil acesso.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Avaliar o papel das práticas populistas e clientelistas utilizadas na formação política do Estado de Roraima, como mecanismo que justifica a corrupção, instaurada em todos os níveis de poder nos dias atuais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Analisar as principais práticas populistas e clientelistas utilizadas pelos gestores do executivo que se tornaram notórias desde a criação do Estado de Roraima (1988-2019.1);
- * Identificar o papel de outros agentes públicos além do chefe do executivo na implantação de políticas de clientelismo;
- * Analisar os reflexos das Leis nº 8.429/1992, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 12.843/2013, como mecanismo para diminuição de práticas clientelistas dentro do Estado de Roraima;
- * Discutir as principais tentativas do Estado em coibir a prática de corrupção por meio de seus Órgãos de Fiscalização na última década dentro do Estado de Roraima;
- * Descrever os reflexos das práticas de corrupção realizadas pelos agentes públicos no Estado de Roraima.

3. HIPÓTESES

H1: Qual a influência da adoção de práticas populistas e clientelistas para as práticas de corrupção no Estado de Roraima desde o período de sua criação?

H2: Até onde as práticas de corrupção acumuladas desde a sua criação contribuíram para o caos instaurado dentro do Estado de Roraima?

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a intenção de responder aos questionamentos levantados, no que se refere a práticas populistas, clientelistas e à corrupção na formação política do Estado de Roraima, é fundamental a abordagem de categorias expressas no tema, as quais nortearão todo a pesquisa a ser desenvolvida. São elas: práticas populistas, clientelistas e corrupção na política.

4.1 PRÁTICAS POPULISTAS

A política sempre esteve presente na vida humana desde o surgimento da sociedade, o ser humano por ser um animal social, também é um animal político. Contudo, para se governar um grupo social é necessário uso de "certos apelos", e a prática populista vem sendo posta como um desses instrumentos utilizados para se ter o apoio social na política. Mas o que é mesmo populismo?

A conceituação de "populismo" como uma categoria não é tão fácil. Norberto Bobbio (1986) observa que as definições de "populismo" são imprecisas, ambíguas e que os modelos e tipologias são confusos e contraditórios. Soma-se a isso o fato do termo ser utilizado para denominar fenômenos históricos muito diferentes.

No mesmo sentido da análise de Bobbio, Batistella (2012) lembra que se "pesquisarmos os jornais brasileiros (sejam eles da capital ou do interior) da década de 1940, poderíamos perceber que o termo "populismo" já era habitualmente utilizado. Porém, o seu sentido era bem diverso: na verdade, "populismo" era utilizado como sinônimo de "popular" e tinha uma conotação positiva".

Esse conceito vai mudar em meados da década de 1950 e 60 com a chegada da teoria da modernização, o fenômeno passa a ser analisado de maneira sistêmica, passando, então, a ter um sentido negativo (FERREIRA, 2001).

Dentro dessa nova visão sistêmica trazida com a teoria da modernidade, o conceito de populismo passa a ser descrito em dois momentos: "em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpretadas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação dessa condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. [...]. Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas, essas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para

completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder ". (GOMES, 2000)

A autora sugere a utilização de outro termo para fugir da carga negativa trazida pelo termo, ao invés de *populismo* a utilização de *trabalhismo*, uma vez que o primeiro evidencia as ideias de uma classe trabalhadora passiva e sem “uma verdadeira consciência”, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Já o segundo enfatiza as ideias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. (GOMES, 2000)

Souza (2004) concorda plenamente com Gomes (2000), quando afirma que o populismo é, comumente, um regime estruturado em torno de uma liderança carismática, e o vínculo entre líder e população, no âmbito do regime, obedece a parâmetros carismáticos e sentimentais que podem gerar, às vezes, violentas descargas emocionais. Percebemos que os autores evidenciam as características mais evidentes pertencentes ao populismo que é justamente o carisma dos líderes junto à população, o forte apelo nacionalista e fomento a "luta de classes".

Nessa seara, Galberto (1995) diz que o populismo é uma maneira determinada e concreta de manipulação das classes populares e igualmente uma forma de expressão de suas preocupações e desejos. Ele se alimenta, como elemento de manutenção do elitismo, desse jogo ambíguo de uma inclusão falsa e demagógica.

Com base nas análises dos autores, pode-se, por fim, chegar a uma possível conceituação de populismo que seria uma forma de governar, utilizada no meio político, que busca angariar o apoio da população menos favorecida financeiramente para alcançar e manter-se no poder, com forte apelo ao espírito nacionalista e a luta de classes.

Essa foi uma das abordagens políticas utilizadas no Estado de Roraima e que, muito possivelmente, fomentou a prática de corrupção que se instaurou no Estado que é mantida por meio do clientelismo - categoria que se abordará a seguir.

4.2 O CLIENTELISMO

Assim como se viu no populismo, o clientelismo se configura como prática eleitoreira para aquisição e manutenção do poder político utilizada no Brasil e, conseqüentemente, em Roraima.

Essa prática se caracteriza pelo "voto mercadoria", ou seja, o voto de barganha, no qual o eleitor vota e em troca recebe algo que necessita, sobre essa prática Farias (2000) diz que:

Uma expressão característica do clientelismo é o voto mercadoria, ou seja, a relação de barganha, em torno de vantagens materiais, entre o eleitor e o cabo eleitoral (uma espécie de líder local, que cuida dos interesses de seus representados, principalmente junto às “autoridades públicas”, fazendo as vezes de, segundo a expressão de Paulo Singer, um “advogado administrativo” da sua comunidade – uma vila, uma favela, um quadro associativo de um clube recreativo etc.). Controlando, em geral, uma centena ou uma dezena de votos, o cabo eleitoral os vende ao “político de clientela”, que “não passa de um cabo eleitoral suficientemente poderoso”.

Como se percebe, o autor evidencia uma relação de troca, que se configura pela exploração das necessidades de um grupo e/ou de uma sociedade. Desse modo, as diferenças sociais baseadas no modelo capitalista são as principais ferramentas que perpetuam a prática dessa política que utiliza a pobreza e a necessidade do outro para se sustentar.

A ideia de clientelismo nos remete a uma outra prática utilizada no Brasil no período da República Velha, o “coronelismo”. Percebe-se essas semelhanças nos dizeres de Leal (2012) ao afirmar que “o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, *uma troca de proveitos entre o poder público*, progressivamente fortalecido, e a decadente *influência social dos chefes locais*, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” (LEAL, 2012, p. 23) (*grifo nosso*)

Outra característica importante trazida pelo coronelismo ao clientelismo que ficará bastante evidente ao se falar do segundo em Roraima é a herança rural e a exploração da necessidade do povo. Nogueira (2016) demonstra a veracidade da afirmação ao falar do primeiro governo de Roraima, dizendo que no período do território ao primeiro governo do Estado um outro grupo foi sendo formado, o dos migrantes,

principalmente nordestinos, que vinham sendo apoiados por Ottomar desde a sua primeira administração já mencionada. Essa população possuía baixa renda e era auxiliada pelo Governo do Estado que se utilizava do assistencialismo como método político administrativo. E juntamente com outros grupos carentes já residentes em Roraima, tais como indígenas, pequenos agricultores, pescadores, autônomos etc. Isso ocorria tanto na cidade, em principal destaque a periferia que estava crescendo com a migração, quanto nos interiores, formando o seu pleito eleitoral. E não só isso, tornaram-se, em sua maioria, seguidores, admiradores e até mesmo defensores de seu governo. Vale salientar, que tudo isso foi aperfeiçoando no governo de 1991 a 1994. (NOGUEIRA, 2016, p.90)

Toda essa prática usada pelos políticos para obtenção do poder político criava um ciclo de dependência dessa população do “seu representante”. Farias (2000) argumenta que a dependência com respeito às coisas, ou seja, à lei da mercadoria, pode ser vista sob um duplo aspecto. De um lado, ela indica o poder econômico do capitalista, proprietário dos meios de subsistência, sobre o trabalhador, vendedor da força de trabalho. De outro lado, ela expressa a constituição do trabalhador em sujeito de interesse, que, na relação política, pode converter o voto em um instrumento de barganha por vantagens materiais, isto é, em um recurso salarial. (FARIAS, 2000, p.50)

Esse “representante do povo” não se pode confundir a princípio com o político de mandato, mas com alguém que detém uma “certa influência” social ou financeira sobre o eleitor. Será ele que fará a “ponte” entre as necessidades do eleitor e poder público e que o utiliza como “peça” no jogo político para se beneficiar junto ao poder público e/ou almejar futuramente um cargo político.

Leal (2012) diz que esse representante, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. O êxito nos negócios ou na profissão também pode contribuir para afastá-lo, embora conservando a chefia política do município [...]. (LEAL, 2012, p. 24).

Como se pode perceber a prática clientelista, de certa forma, vira negócio passível de até mesmo ser transmitida a terceiros como herança. Nessa perspectiva, temos Roraima, um Estado consideravelmente novo, que se vê corriqueiramente citado em jornais locais e nacionais por casos de corrupção – categoria esta que será a próxima

abordagem para formar a tríade que norteará este trabalho de pesquisa para mostrar o papel de cada uma delas na formação política de Roraima.

4.3 CORRUPÇÃO

Para falar de corrupção, retomar-se-á um conceito um tanto antigo utilizado por Platão no livro IX de *A República*, o conceito de pleonexia, que, segundo o autor, está relacionada uma parte àquela pela qual o homem aprende; outra, pela qual se irrita. A terceira, devido à variedade de formas que ostenta, não se dispõe de um nome único e específico, mas designamo-la por aquilo que nela é mais eminente e mais forte: chamamos-lhe concupiscência, devido à violência dos desejos relativos à comida, à bebida, ao amor e a tudo quanto o acompanha; e chamamos-lhe amiga do dinheiro, porque é sobretudo com dinheiro que se satisfazem os desejos dessa espécie.

Tomás de Aquino vai retomar o conceito, porém com algumas adequações ao período histórico do filósofo, no qual ele inicia falando de justiça como o princípio de igualdade nas ações, relações e instituições. O filósofo denuncia o grande inimigo dessa justa igualdade sob o nome de pleonexia, o vício, como indica a etimologia, que leva a querer "ter sempre mais", e que o Novo Testamento traduz por "avareza" ou "ambição". É uma espécie de libido social que degenera em princípio de corrupção, tendendo a concentrar riquezas e poder em detrimento da virtude pessoal e do valor social da igualdade.

Percebemos que o filósofo cristão designa a categoria corrupção como “uma espécie de libido social” que faz com que o indivíduo queira ter sempre mais em detrimento da igualdade entre os cidadãos.

Brei (1996) afirma ser difícil conceituar corrupção devido à enorme variedade de atuações da categoria, pois “o termo corrupção inclui uma enorme diversidade de atos: trapaça, velhacaria, logro, ganho ilícito, desfalque, concussão, falsificação, espólio, fraude, suborno, peculato, extorsão, nepotismo e outros. Isso cria razoável dificuldade para se chegar a uma definição consensual. O fenômeno pode ser observado numa gradação quase infinita. Vai de pequenos desvios de comportamento à total impunidade do crime organizado, por parte das várias áreas e níveis governamentais. Pode ocorrer suborno para a compra de um benefício legalmente previsto - e o que se compra é maior rapidez ou precedência sobre outros interessados -, como pode haver compra de um

benefício ilegal. A natureza da ação, suas consequências e a punição prevista serão totalmente diferentes. (BREI, 1996, p. 65)

O autor afirma ainda ser mais difícil ainda essa conceituação devido ao fato de que, em algumas situações, pode-se considerar um ato como corrupção, e noutra, não. (idem)

Para compreensão do termo, tomar-se-ão duas correntes utilizadas pelo autor que podem definir corrupção:

A primeira diz respeito a questões econômicas, para Leff, em países subdesenvolvidos, o suborno pode ser apenas um mecanismo que permite a outros grupos de interesse conseguir articulação e representação no processo político. Nesses termos, a corrupção é definida como uma instituição extralegal utilizada por indivíduos ou grupos para ganhar influência sobre as ações da burocracia durante a formulação e a implementação de políticas.

A segunda diz respeito ao interesse público e será definida por Friedrich (1966) em Política Corrupta e é assim definida: A corrupção é definida como padrão de comportamento que se afasta das normas predominantes em um dado contexto. Esse comportamento desviante se associa a uma particular motivação, que é o ganho privado a expensas do público. No ato corrupto existe sempre ganho para o corruptor e o corrupto e perda para outros, especialmente o público. (BREI, 1996, p. 65-67)

Para Gonçalves e Andrade (2019), corrupção pode ser compreendida como como a utilização de forma abusiva do poder público para benefício privado (Organização das Nações Unidas [ONU], 2003; World Bank, 2000). No mesmo sentido, Filgueiras (2006) menciona que a corrupção consiste na elevação dos interesses privados em detrimento do interesse público, sendo um contra conceito de bom governo. (GONÇALVES E ANDRADE, 2019, p.272)

Conceito um tanto difícil de se obter, mas com repercussões visíveis em todos os setores. A corrupção tem sido problema social e político desde os primórdios da sociedade, na qual o sujeito tenta se apropriar dos bens públicos como seu fosse. Dentro dessa concepção, este trabalho buscará mostrar as práticas de corrupção ocorridas no Estado de Roraima, desde sua formação, tendo como “pano de fundo” ou justificativas as práticas populistas e clientelistas, nas quais o agente público não se sente culpado pelas práticas, pois, de certa forma, já pagou pelo voto, não devendo assim agir de maneira honesta.

5. METODOLOGIA

A pesquisa será de base qualitativa, na qual, segundo Chizzotti (2005), o pesquisador deve despojar-se de preconceitos e apresentar predisposição para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos, uma vez que os pesquisados são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas.

Para fins didáticos e se alcançar seu propósito, a pesquisa será realizada em cinco fases, que aqui se apresenta e desenvolve-se em seguida: pesquisa bibliográfica a respeito do tema; uma pesquisa documental (processos - Justiça Estadual, Justiça Federal, Ministério Público e inquéritos policiais); levantamento em sites de jornais locais, buscando-se notícias sobre o tema; entrevistas na modalidade semiestruturada com alguns envolvidos nos casos mais notórios de corrupção dentro do Estado de Roraima; e, por fim, análise de conteúdo.

A pesquisa bibliográfica, segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), “constitui o procedimento básico para os estudos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”, ou seja, buscar saber o que se publicou sobre o tema que será abordado na pesquisa. Esta será realizada em bibliotecas e em sites de artigos científicos. As informações obtidas nessa primeira etapa serão organizadas de acordo com os objetivos da pesquisa e juntadas as das outras fases.

A pesquisa documental, para Caulley Apud Ludke e Andre (1986:38), “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”, e Cellard (2008: 298) complementa dizendo que “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”, pois “a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006:1-2).

Após a pesquisa documental, será feita uma busca nos sites de jornais locais (Folha de Boa Vista e Roraima em Tempo) de notícias relacionadas ao objeto e aos sujeitos da Pesquisa (Práticas populistas e clientelistas e a corrupção no Estado de Roraima), na qual o objetivo será verificar, por meio de comentário dos leitores desses sites, a respeito do tema, como veem as práticas implementadas por agentes públicos com

intuito de se manter no poder, bem como operação policiais decorrentes do processo de tentativa de o Estado coibir a corrupção.

Após a observação sistemática direta serão feitas entrevistas com os principais delegados, membros do MP, juízes (envolvidos na investigação dos crimes) e principais agentes públicos acusados de práticas de corrupção dentro do Estado de Roraima. As entrevistas serão na modalidade semiestruturada que, para Triviños (1987, p. 146), tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses relacionados ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Os entrevistados serão informados sobre os objetivos da pesquisa, apresentado e negociado o termo de consentimento livre e esclarecido para que tenham ciência da pesquisa.

Numa quinta fase após as entrevistas, os dados serão organizados de forma sistematizada, verificando e comparando os pontos comuns e importantes a serem inseridos numa análise qualitativa. Nessa fase, será feita uma análise desse conteúdo, buscando encontrar os pontos comuns que estejam relacionados ao propósito da pesquisa que é “estudo sobre práticas populistas, clientelistas e a corrupção na formação política do Estado de Roraima” por meio das entrevistas, das bibliografias e dos sites dos jornais. Segundo Ludke (1986, p.01), “para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”.

Os resultados da pesquisa farão parte da tese, além de serem divulgados para os participantes da pesquisa (cópia da tese) e eventos acadêmicos.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: UnB, 1986.

BREI, Zani Andrade. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 64 a 77, abr. 1996. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8128/6943>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e sociais. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. Revista de sociologia e política n° 15: 49-65 nov. 2000.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. Varia Historia, n° 28, 2000.

GONÇALVES, Vinícius Batista; ANDRADE, Daniela Meirelles. A corrupção na perspectiva durkheimiana: um estudo de caso da Operação Lava Jato. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 271-290, mar. 2019. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/78494/75166>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

GUALBERTO, João. A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Ufes, 1995.

HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

J. SANTOS, Adair. Roraima- História Geral. Boa Vista: UFRR, 2010.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil. 4 ed. Cia das Letras: São Paulo, 2102.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

NOGUEIRA, Elen Patrícia. Uma breve história da construção política representativa de Ottomar de Sousa Pinto em Roraima nos primeiros anos do governo do estado (1991-1994). Textos e debates, Boa Vista, n.30, p. 81-93, jul./dez. 2016

SOUZA, Ricardo Luiz de. Populismo, mobilização e reforma. Sociedade e Cultura, V. 7, N. 2, Jul./Dez. 2004, p. 237-246

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.